

Comissão de Justiça já se prepara

NÚBIA FERRO

BRASÍLIA — Os processos de cassação dos mandatos de parlamentares envolvidos com a máfia do Orçamento ainda nem chegaram, mas a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) já trabalha para evitar qualquer tipo de protelação dos julgamentos. A prevenção do presidente da comissão, deputado José Dutra (PMDB-AM), é procedente, já que os processos chegarão à comissão no fim do mês, como consequência do trabalho executado pela CPI do Orçamento, que vai relacionar os que considerar responsáveis por crime de corrupção. E é para a CCJ que primeiro se dirigirá a cobrança da sociedade sobre a punição daqueles que se valearam de recursos públicos para seu próprio benefício.

— Espero fazer todo o trabalho em um mês, ou seja, votar o mérito aqui e enviar para o plenário da Câmara. Quero fechar

todos os flancos para não permitir qualquer tipo de protelação. A experiência no julgamento dos chamados infiéis do PSD foi muito importante. Aprendemos a ganhar agilidade — diz Dutra, referindo-se aos processos que levaram à recente cassação dos mandatos de Onaireves Moura (PR), Nobel Moura (RO) e Itsuo Takayama (SP), por compra e venda de parlamentares.

O presidente da CCJ adiantou que vai nomear um só relator para todos os processos que forem enviados pela Mesa Diretora da Câmara em função do relatório da CPI do Orçamento, mesmo que ultrapassem duas dezenas.

— Já estou até com o nome do relator na cabeça, mas só adianto que será alguém que gosta tanto de trabalhar como eu. E vamos pôr em votação todos os processos no mesmo dia. Dificuldades com quorum garanto que não terei, porque a pressão da opinião pública trará para cá todos os nossos integrantes — informou o presidente da Comissão.

9-7-93



José Dutra, presidente da Comissão de Justiça: 'não vou permitir protelação'